

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)		Valor Constante		Valor Corrente (b)		Valor Constante		Valor Corrente (c)		Valor Constante	
	(a)	(a) / (a) x 100	(a) / (a) x 100	(a) / (a) x 100	(b)	(b) / (b) x 100	(b) / (b) x 100	(b) / (b) x 100	(c)	(c) / (c) x 100	(c) / (c) x 100	(c) / (c) x 100
Receita Total	30.450.000,00	37.907.177,86	182,83%	31.136.614,44	28.762.655,85	121,83%	33.479.499,99	29.754.561,54	122,08%			
Receitas Primárias (I)	28.265.172,80	27.159.770,16	118,66%	29.877.330,51	27.599.383,90	117,00%	32.141.337,61	28.666.302,68	117,20%			
Despesa Total	38.252.422,42	36.756.435,49	157,88%	28.182.388,50	26.033.669,88	110,36%	30.365.690,69	26.987.213,66	110,73%			
Despesas Primárias (II)	37.407.422,42	35.944.482,00	154,40%	27.297.518,00	25.216.264,83	106,89%	29.439.467,65	26.164.041,90	107,35%			
Resultado Primário (I - II)	- 9.142.249,61	- 8.784.711,64	-37,73%	2.579.812,51	2.383.119,06	10,10%	2.701.869,97	2.401.260,78	9,85%			
Resultado Nominal	- 8.165.535,27	- 7.846.195,13	-33,70%	3.544.039,84	3.273.830,51	13,88%	3.587.096,21	3.187.997,03	13,08%			
Dívida Pública Consolidada	3.349.508,38	3.218.514,82	13,82%	3.862.615,30	3.383.385,38	14,34%	3.611.548,61	3.209.728,86	13,17%			
Dívida Consolidada Líquida	958.109,32	918.716,55	3,95%	1.291.368,99	1.192.910,74	5,06%	1.036.457,71	921.141,76	3,78%			
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável Fazenda. Data da emissão 09/08/2018 e hora de emissão 16h 30 min

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados para a composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) e os valores reestimados para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,01%, 2,68% e 2,64% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,07%, 4,02% e 3,94%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2018.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas Intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2019, 2020 e 2021, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 7,31%, 8,09% e 8,08%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2018.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2018, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir de leitura das projeções estabelecidas para o exercício de 2019, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2019, considerando todas as fontes de recursos é de R\$ 39.450.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras R\$ 1.133.784,91, de outras receitas financeiras R\$ 33.915,09, das resultantes de Operações de Crédito R\$ 10.000.000,00, das Alienações de Investimentos R\$ 0,00 e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos R\$ 17.127,19, resultam numa Receita Primária de R\$ 28.265.172,80.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 38.252.422,41. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 145.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 700.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$ 37.407.422,42.
- 9.3 - Colocando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2019 que foi inicialmente prevista em R\$ - 9.142.249,61 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO. O detalhamento do cálculo do Resultado Primário nominal pelo Critério ACIMA DA LINHA é evidenciado na Tabela 02.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 03.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.580.000,00	3.439.992,31		3.918.015,37	3.619.292,91		4.159.519,90	3.696.733,05	
Receitas Primárias RPPS (I)	2.580.000,00	2.479.100,61		2.849.938,01	2.632.649,30		3.020.052,08	2.684.042,05	
Despesa Total RPPS	3.580.000,00	3.439.992,31	Preenchimento Opicional Cfe 8ª Edição do MDF	3.918.015,37	3.619.292,91	Preenchimento Opicional Cfe 8ª Edição do MDF	4.159.519,90	3.696.733,05	Preenchimento Opicional Cfe 8ª Edição do MDF
Despesas Primárias RPPS (II)	1.900.000,00	1.825.694,24		1.670.477,62	1.543.114,87		1.841.207,83	1.636.355,64	
Resultado Primário RPPS (I – II)	680.000,00	653.406,36		1.179.460,39	1.089.534,43		1.178.844,25	1.047.686,42	

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável RPPS, Data da emissão 10/08/2018 e hora de emissão 08h 10min

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	28.500.000,00		142,76%	25.553.842,67		128,00%	- 2.946.157,33	-10,34%
Receita Primárias (I)	26.213.537,00		131,31%	23.304.272,79		116,74%	- 2.909.264,21	-11,10%
Despesa Total	28.500.000,00		142,76%	22.066.172,64		110,53%	- 6.433.827,36	-22,57%
Despesa Primárias (II)	27.813.870,00		139,33%	21.689.685,52		108,65%	- 6.124.184,48	-22,02%
Resultado Primário (I-II)	- 1.600.333,00		-8,02%	1.614.587,27		8,09%	3.214.920,27	-200,89%
Resultado Nominal	658.096,00		3,30%	- 472.616,34		-2,37%	- 1.130.712,34	-171,82%
Dívida Pública Consolidada	2.949.788,00		14,78%	3.815.815,39		19,11%	866.027,39	29,36%
Dívida Consolidada Líquida	1.296.028,00		6,49%	2.056.102,83		10,30%	760.074,83	58,65%

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 10/08/2018 e hora de emissão 09h 15min

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 1.614.587,27, valor 13,80% superior à meta estabelecida, que era de R\$ -1.600.333,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 2.249.569,88, frustrando em 1,65% a projeção para o período de R\$2.286.463,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 376.487,12, estabelecendo-se abaixo da previsão orçamentária.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes.

A dívida consolidada totalizou R\$ 3.815.815,39, valor este superior ao saldo de R\$ 2.949.788,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento de parcelas liberadas de financiamentos.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2017, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 1.296.028,00. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano foi de R\$ 2.056.102,83.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	26.694.800,00	28.500.000,00	6,76%	34.250.000,00	20,18%	39.450.000,00	15,18%	31.136.614,44	-21,07%	33.479.499,99	7,52%
Receitas Primárias (I)	24.803.940,00	26.213.537,00	5,68%	27.835.965,38	6,19%	28.265.172,80	1,54%	29.877.330,51	5,70%	32.141.337,61	7,58%
Despesa Total	26.694.800,00	28.500.000,00	6,76%	34.250.000,00	20,18%	38.252.422,42	11,69%	28.182.388,50	-26,33%	30.365.690,69	7,75%
Despesas Primárias (II)	26.431.000,00	27.813.870,00	5,23%	33.872.686,56	21,78%	37.407.422,42	10,44%	27.297.518,00	-27,03%	29.439.467,65	7,85%
Resultado Primário (I – II)	- 1.627.060,00	- 1.600.333,00	-1,64%	- 6.036.721,18	277,22%	- 9.142.249,61	51,44%	2.579.812,51	-128,22%	2.701.869,97	4,73%
Resultado Nominal	- 40.292,00	658.096,00	-1733,32%	2.102.709,56	219,51%	- 8.165.535,27	-488,33%	3.544.039,84	-143,40%	3.587.096,21	1,21%
Dívida Pública Consolidada	2.410.187,60	2.949.788,00	22,39%	3.822.522,14	29,59%	3.349.508,38	-12,37%	3.662.615,30	9,35%	3.611.548,61	-1,39%
Dívida Consolidada Líquida	- 49.673,70	1.296.028,00	-2709,08%	861.895,82	-33,50%	956.108,32	10,93%	1.291.368,99	35,07%	1.036.457,71	-19,74%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	28.734.372,41	29.520.300,00	2,74%	34.250.000,00	16,02%	37.907.177,86	10,68%	28.762.655,85	-24,12%	29.754.581,54	3,45%
Receitas Primárias (I)	26.699.044,36	27.151.981,62	1,70%	27.835.965,38	2,52%	27.159.770,16	-2,43%	27.599.383,90	1,62%	28.565.302,68	3,50%
Despesa Total	28.734.372,41	29.520.300,00	2,74%	34.250.000,00	16,02%	36.756.435,49	7,32%	26.033.669,88	-29,17%	26.987.213,66	3,66%
Despesas Primárias (II)	28.450.417,21	28.809.606,55	1,26%	33.872.686,56	17,57%	35.944.482,00	6,12%	25.216.264,83	-29,85%	26.164.041,90	3,76%
Resultado Primário (I – II)	- 1.751.372,85	- 1.657.624,92	-5,35%	- 6.036.721,18	264,18%	- 8.784.711,84	45,52%	2.383.119,06	-127,13%	2.401.260,78	0,76%
Resultado Nominal	- 43.370,44	681.655,84	-1671,71%	2.102.709,56	208,47%	- 7.846.195,13	-473,15%	3.273.830,51	-141,73%	3.187.997,03	-2,62%
Dívida Pública Consolidada	2.594.334,03	3.055.390,41	17,77%	3.822.522,14	25,11%	3.218.514,82	-15,80%	3.383.365,38	5,12%	3.209.728,86	-5,13%
Dívida Consolidada Líquida	- 53.468,94	1.342.425,80	-2610,66%	861.895,82	-35,80%	918.716,55	6,59%	1.192.910,74	29,85%	921.141,76	-22,78%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 10/08/2018 e hora de emissão 11h 10min

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2019), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2016, 2017 e 2018), bem como para os dois seguintes (2020 e 2021), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2016, 2017 e 2018 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	13.452.432,65	91,49%	10.372.346,87	77,10%	9.019.139,42	86,95%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.251.949,04	8,51%	3.080.085,78	22,90%	1.353.207,45	13,05%
TOTAL	14.704.381,69	100,00%	13.452.432,65	100,00%	10.372.346,87	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	(313.599,61)	-531,92%	2.444.428,03	-779,47%	1.092.623,68	44,70%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	372.555,84	631,92%	(2.758.027,64)	879,47%	1.351.804,35	55,30%
TOTAL	58.956,23	100,00%	(313.599,61)	100,00%	2.444.428,03	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	13.138.833,04	89,00%	12.816.774,90	97,55%	10.111.763,10	78,89%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	1.624.504,88	11,00%	322.058,14	2,45%	2.705.011,80	21,11%
TOTAL	14.763.337,92	100,00%	13.138.833,04	100,00%	12.816.774,90	100,00%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 10/08/2018 e hora de emissão 15h

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuízos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 12.816.774,90 em 31.12.2015 para R\$ 14.763.337,92 em 31.12.2017

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2017 com superávit, cujo principal fator foi o grande número de recursos recebidos para investimentos e as rendas positivas do rpps.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	-	27.000,00	46.050,50
Alienação de Bens Móveis	-	27.000,00	46.050,50
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	37,77	4.441,36	-
DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	76.757,69	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	76.757,69	-
Investimentos	-	76.757,69	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	771,94	734,17	46.050,50
Valor (III)			

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 14/08/2018 e hora de emissão 08h

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENC. DO RPPS	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.716.186,16	3.119.656,04	2.230.928,19
Receita de Contribuições dos Segurados	580.623,40	526.648,86	461.725,37
Civil	580.623,40	526.648,86	461.725,37
Ativo	580.623,40	516.648,86	461.725,37
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.314.319,50	1.072.268,43	813.880,09
Civil	1.314.319,50	1.072.268,43	813.880,09
Ativo	1.314.319,50	1.072.268,43	813.880,09
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	285.860,03	253.686,26	225.133,67
Receita Patrimonial	1.177.962,10	1.191.934,08	704.151,81
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.177.962,10	1.191.934,08	704.151,81
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	357.421,13	75.118,41	26.037,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	357.421,13	75.118,41	26.037,25
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS - (X) = (VIII + IX)	3.716.186,16	3.119.656,04	2.230.928,19

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.600,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0	1.066.570,95	897.867,45
Benefícios - Civil	1.183.335,06	1.066.570,95	897.867,45
Aposentadorias	990.407,82	865.977,34	682.994,87
Pensões	125.268,67	116.971,34	105.991,66

Outros Benefícios Previdenciários	67.658,57	83.622,27	108.880,92
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	10.062,17	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	10.062,17	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENC. RPPS (XIII) = (XI + XII)	1.194.997,23	1.066.570,95	897.867,45

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	2.521.188,93	2.053.085,09	1.333.060,74
--	---------------------	---------------------	---------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2016	2015
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,0	0,0
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,0	0,0

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciária	Despesas Previdenciária	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2016	3.192.741,97	1.063.876,75	2.128.865,22	9.831.846,03
2017	2.791.414,98	941.816,21	1.849.598,77	11.681.444,80
2018	3.988.123,84	1.114.800,76	2.873.323,08	14.554.767,88
2019	4.207.164,12	1.197.282,04	3.009.882,08	17.564.649,96
2020	4.432.286,61	1.241.428,16	3.190.858,45	20.755.508,41
2021	4.676.692,85	1.397.645,72	3.279.047,13	24.034.555,54
2022	4.926.235,57	1.543.247,60	3.382.987,97	27.417.543,51
2023	5.185.922,70	1.736.155,75	3.449.766,95	30.867.310,46
2024	5.454.631,37	1.992.063,16	3.462.568,21	34.329.878,67
2025	5.515.054,51	2.121.999,34	3.393.055,17	37.722.933,84
2026	5.680.662,86	2.211.240	3.469.422,67	41.192.356,51
2027	5.949.347,16	2.423.296,53	3.526.050,63	44.718.407,14
2028	6.219.189,43	2.594.221,97	3.624.967,46	48.343.374,60
2029	6.488.365,06	2.661.575,29	3.826.789,77	52.170.164,37
2030	6.771.453,05	2.745.293,40	4.026.159,65	56.196.324,02
2031	7.072.934,62	2.911.364,50	4.161.570,12	60.357.894,14
2032	7.385.769,60	3.113.903,49	4.271.866,11	64.629.760,25
2033	7.695.875,51	3.173.123,84	4.522.751,67	69.152.511,92
2034	8.023.022,64	3.250.815,86	4.772.206,78	73.924.718,70
2035	8.378.882,20	3.514.797,82	4.864.084,38	78.788.803,08
2036	8.759.457,04	4.042.893,45	4.716.563,59	83.505.366,67
2037	9.112.196,83	4.289.439,28	4.822.757,55	88.328.124,22
2038	9.488.532,00	4.771.541,03	4.716.990,97	93.045.115,19
2039	9.850.166,67	5.123.648,14	4.726.518,53	97.771.633,72
2040	10.204.833,31	5.357.251,97	4.847.581,34	102.619.215,06
2041	10.579.529,00	5.762.272,26	4.817.256,74	107.436.471,80
2042	10.936.922,76	5.935.016,77	5.001.905,99	112.438.377,79
2043	11.313.103,33	6.206.620,31	5.106.483,02	117.544.860,81
2044	11.686.103,66	6.331.743,50	5.354.360,16	122.899.220,97
2045	12.081.666,23	6.555.147,78	5.526.518,45	128.425.739,42
2046	10.171.591,19	6.764.845,19	3.406.746,00	131.832.485,42
2047	10.420.220,10	6.998.112,58	3.422.107,52	135.254.592,94
2048	10.672.007,04	7.257.753,31	3.414.253,73	138.668.846,67
2049	10.921.262,86	7.482.309,73	3.438.953,13	142.107.799,80
2050	11.177.037,11	7.773.079,36	3.403.957,75	145.511.757,55
2051	11.427.231,56	8.008.316,98	3.418.914,58	148.930.672,13
2052	11.680.515,18	8.268.967,55	3.411.547,63	152.342.219,76
2053	11.932.732,01	8.514.711,99	3.418.020,02	155.760.239,78
2054	12.186.129,90	8.765.716,55	3.420.413,35	159.180.653,13
2055	12.441.962,14	9.043.296,90	3.398.665,24	162.579.318,37
2056	12.699.005,82	9.350.589,44	3.348.416,38	165.927.734,75
2057	12.952.276,13	9.640.724,45	3.311.551,68	169.239.286,43
2058	13.202.675,30	9.915.030,35	3.287.644,95	172.526.931,38

2059	13.450.773,91	10.170.461,61	3.280.312,30	175.807.243,68
2060	13.701.009,38	10.456.112,54	3.244.896,84	179.052.140,52
2061	13.953.397,78	10.796.191,69	3.157.206,09	182.209.346,61
2062	14.196.285,06	11.068.926,17	3.127.358,89	185.336.705,50
2063	14.440.074,37	11.373.257,35	3.066.817,02	188.403.522,52
2064	14.682.846,73	11.707.984,82	2.974.861,91	191.378.384,43
2065	14.919.389,78	12.025.474,35	2.893.915,43	194.272.299,86
2066	14.287.570,16	12.349.558,82	1.938.011,34	196.210.311,20
2067	14.440.688,09	12.652.793,26	1.787.894,83	197.998.206,03
2068	14.585.314,75	12.936.678,19	1.648.636,56	199.646.842,59
2069	14.722.108,85	13.305.927,51	1.416.181,34	201.063.023,93
2070	14.845.485,91	13.656.843,94	1.188.641,97	202.251.665,90
2071	14.955.748,29	14.014.978,06	940.770,23	203.192.436,13
2072	15.051.683,58	14.350.911,28	700.772,30	203.893.208,43
2073	15.133.711,84	14.723.469,34	410.242,50	204.303.450,93
2074	15.198.992,50	15.045.630,14	153.362,36	204.456.813,29
2075	15.249.365,19	15.401.943,41	-152.578,22	204.304.235,07
2076	15.281.957,84	15.736.874,49	-454.916,65	203.849.318,42
2077	15.296.994,64	16.138.651,92	-841.657,28	203.007.661,14
2078	15.289.419,65	16.577.805,76	-1.288.386,11	201.719.275,03
2079	15.255.641,87	16.934.280,16	-1.678.638,29	200.040.636,74
2080	15.199.058,32	17.297.486,58	-2.098.428,26	197.942.208,48
2081	15.117.905,25	17.697.998,86	-2.580.093,61	195.362.114,87
2082	15.008.478,81	18.075.453,61	-3.066.974,80	192.295.140,07
2083	14.870.474,79	18.525.757,45	-3.655.282,66	188.639.857,41
2084	14.697.816,51	18.950.209,66	-4.252.393,15	184.387.464,26
2085	14.489.982,82	19.418.321,67	-4.928.338,85	179.459.125,41
2086	14.242.258,88	19.758.727,64	-5.516.468,76	173.942.656,65
2087	13.959.916,66	20.207.472,80	-6.247.556,14	167.695.100,51
2088	13.634.390,24	20.631.342,00	-6.996.951,76	160.698.148,75
2089	12.461.099,61	21.063.118,87	-8.602.019,26	152.096.129,49
2090	12.038.706,32	21.609.925,97	-9.571.219,65	142.524.909,84

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável: RPPS.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das